

Guiné-Bissau: o presente lança luz sobre o passado*

Cátia Teixeira**

Maria Augusta Tavares***

Resumo. Na década de 1980 a Guiné-Bissau teve de se submeter aos Programas de Ajustamento Estrutural propostos pelo Banco Mundial e pelo FMI. Sabe-se que o desenvolvimento requer ordem, democracia, estado de direito, características que não se verificam na Guiné-Bissau, onde a oposição ao poder político tem sido sistematicamente efetuada pelo poder militar, através de golpes de Estado, assassinatos e toda ordem de violência. Os censos de 1950 e de 1991, analisados no âmbito do projecto *Global Collaboratory on the History of Labour Relations (1500-200)* e, que constituem a matéria-prima essencial ao desenvolvimento deste artigo, são reveladores das relações de produção que se desenvolveram e ainda se desenvolvem no contexto de um país frágil e de capitalismo tardio.

Palavras-Chave: Guiné-Bissau; Trabalho; Relações Laborais; Trabalho Forçado; PAIGC.

Guinea-Bissau: the present shed light into the past

Abstract. In the 80s Guinea-Bissau had to be submitted to Structural Adjustment Programmes proposed by the World Bank and the IMF. It is known that the development requires order, democracy, state of law, features that are not present in Guinea-Bissau, where opposition to political power has been systematically carried out by military power through coups, assassinations and all kinds of violence. The censuses of 1950 and 1991, analyzed in the context of the *Global Collaboratory on the History of Labour Relations (1500-200)* and which constitute the essential sources to the development of this article, are revealing of the relations of production that have developed and still develop in the context of a late capitalism and fragile country.

Keywords: Guinea-Bissau; Labor; Labor Relations; Forced Labor; PAIGC.

* Artigo recebido em 08/08/2013. Aprovado em 17/10/2013.

** Pesquisadora do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa, Portugal. E-mail: csteixeira@live.com.pt

*** Professora e pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFPB, João Pessoa/PB, Brasil. E-mail: guga2004@uol.com.br

Guinea-Bisáu: El presente arroja luz sobre el pasado

Resumen. En los años 80 la Guinea-Bisáu tuvo que someterse a los Programas de Ajuste Estructural propuestos por el Banco Mundial y el FMI. Se sabe que el desarrollo requiere orden, democracia, estado de derecho, características que no están presentes en Guinea-Bisáu, donde la oposición al poder político se ha llevado a cabo de manera sistemática por el poder militar a través de golpes de estado, asesinatos y todo tipo de violencia. Los censos de 1950 y 1991, analizados en el contexto de lo proyecto *Global Collaboratory on the History of Labour Relations (1500-200)* y que constituyen la materia prima esencial para el desarrollo de este artículo, revelan las relaciones de producción que se han desarrollado y aún desarrollan en el contexto de un país frágil y de capitalismo tardío.

Palavras Clave: Guinea-Bisáu; Trabajo; Relaciones de producción; Trabajo forzado; PAIGC.

Introdução

O desenvolvimento capitalista não ocorre de forma igual nem ao mesmo tempo em todas as regiões do mundo. Tampouco o desenvolvimento exclui inteiramente as formas de produção atrasadas. Supomos que, independentemente da perspectiva teórico-metodológica, qualquer pesquisador concorda que o desenvolvimento desigual e combinado constitui o modo de ser do sistema capitalista. Contudo, diferem as respostas no que tange à origem da riqueza e aos meios utilizados para tal fim. Aqui, concordamos que a riqueza provém do trabalho, mediante a exploração da mais-valia, concebendo que, consolidado o modo de produção capitalista, cuja base é o trabalho assalariado, a exploração da mais-valia é inerente à lógica da acumulação, seja em países ricos ou em países pobres. Nos primeiros, predomina a mais-valia relativa, nos segundos a mais-valia absoluta, o que não exclui a articulação de ambas em qualquer país ou região. Mas, essa dinâmica não é, pura e simplesmente, uma fatal determinação econômica, pela qual certos países estão “naturalmente”

destinados a promover o enriquecimento de outros e, vice-versa. Essa determinação é mediada por fenômenos políticos, culturais, geográficos, históricos etc., como pretendemos demonstrar ao tratar a Guiné-Bissau, país africano, ex-colônia portuguesa, cuja população ativa em 2003, tem apenas 4% na indústria, 14% nos serviços e 82% ainda ligada à agricultura (SANGREMAN, 2006, p. 21-22).

Amílcar Cabral, na sua luta pela independência do colonialismo português, reclamava do atraso da Guiné-Bissau, que atribuía predominantemente aos “tugas”, como eram chamados os portugueses pelos guineenses. “Somos atrasados economicamente, sem desenvolvimento nenhum (...). Não há indústria a sério, (...) a nossa agricultura é do tempo dos nossos avós. As riquezas das nossas terras foram tiradas, sobretudo, do trabalho do homem” (CABRAL, 1974, p. 19). Mas ele tinha clareza, também, da exploração que era exercida pelos próprios guineenses, tanto que dizia: “Vamos acabar com a exploração dos tugas, mas vamos acabar com a exploração do nosso povo pela nossa própria gente” (CABRAL, 1974, p. 26).

A luta de Amílcar à frente do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) só cessou em 1973, quando foi assassinado. Ele conhecia muito bem o seu país, a sua cultura, as clivagens de origem étnicas, os conflitos internos e externos, mas nada disso o desencorajava a lutar pela libertação nacional de forma estruturada, de modo a conciliar essas enormes diferenças e garantir a unidade da Guiné.

Entretanto, após a independência, o inimigo deixava de ser o colonialismo, para serem outros, provenientes da própria sociedade guineense. Conflitos internos no PAIGC; insatisfações de antigos combatentes que se sentiam injustiçados por instituições que promoviam jovens cabo-verdianos sem legitimidade militar para comandarem aqueles que haviam combatido pela liberdade; um golpe de Estado em 1980; a proliferação de 13 partidos nos anos

1990, o que acirra as tensões, dado que essas formações políticas eram caracterizadas por conflitos de interesses e várias dissidências e, ainda, em 1998, o conflito externo entre Portugal e França, “concorrentes” nas políticas de ajuda ao desenvolvimento da Guiné, em função de “interesses econômicos, culturais políticos e geográficos que o país representa para ambos”.

A exemplo do resto do mundo, na década de 1980, a Guiné-Bissau também teve que se submeter aos Programas de Ajustamento Estrutural (PAE) propostos pelo Banco Mundial e pelo FMI. Em tese, o objetivo era reduzir despesas internas para poder pagar as dívidas. Contudo, a dívida externa que era 473 milhões de dólares “entre 1987 e 1992, aumentou para 631 milhões, graças aos diversos reescalamentos por falta de pagamento”. De acordo com Van Maanen, o país tinha uma dívida de mais de 3000%, dada a receita da exportação prevista. No período de 1986/93 a inflação atingiu uma média anual de 64%, enquanto a desvalorização da moeda foi de 80%. A implementação do PAE foi marcada pela degradação da qualidade administrativa, sendo os salários dos funcionários públicos rebaixados em 20%. Estes procuraram se transferir para empresas privadas ou imigraram; afora os que passaram a se dedicar a atividades corruptas, conforme a mesma fonte acima referida (In: SANGREMAN, 2006, p. 23).

Entre 1990 e 1998, houve uma diminuição da riqueza produzida, o crescimento do PIB foi de -3,4%, o que suscitou novas reformas, culminando com a adesão à União Econômica e Monetária da África Ocidental (UEMOA), na perspectiva de se obter maior estabilidade cambial e melhor integração ao mercado daquela região. Com isso, a economia apresentou alguns avanços, mas estagnou durante 2001, contraindo-se em 2002 (SANGREMAN, 2006, p. 23).

A normalidade democrática, que parecia ter sido restabelecida entre 1999 e 2000, sofre novo abalo em 2003, com novo golpe militar. Em 2004, são realizadas novas eleições, mas ainda não se pode afirmar que os problemas

serão resolvidos sem violência. “O país está cada vez mais dependente das condições impostas pela Comunidade Internacional em troca dos apoios recebidos e a actividade econômica é marcada por um considerável retrocesso” (SANGREMAN, 2006, p. 23).

A instabilidade interna, a dependência econômica e financeira, a debilidade das instituições são fatores que explicam a pobreza local, ao mesmo tempo em que dela se alimentam. Sabe-se que o desenvolvimento requer ordem, democracia, estado de direito, características que não se verificam na Guiné-Bissau, onde a oposição ao poder político tem sido sistematicamente efetuada pelo poder militar, através de golpes de Estado, assassinatos e toda ordem de violência.

Quando Amílcar Cabral defendia unidade e luta, sabia bem o que desejava atingir. Ele sabia, por exemplo, que não havia contradição entre guineenses e cabo-verdianos, apesar das tensões reais, que decorriam da situação econômica. Muitos funcionários e empregados coloniais eram cabo-verdianos, uma vez que em Cabo Verde a instrução foi mais desenvolvida, o que fazia parecer que os cabo-verdianos estavam a tomar nas suas mãos os interesses do povo da Guiné. Mas, para Cabral não havia contradição entre a gente que estava na cidade e a que vivia no mato. Havia sim, entre os que estavam na cidade: os descendentes da Guiné que queriam estar no lugar dos cabo-verdianos contra o seu próprio povo. Tratava-se tão somente de não ser o explorado e, para tanto, a opção visível era estar no lugar do explorador ou, ao menos, personificá-lo.

Os censos de 1950 e de 1991, cujos resultados estão sintetizados nas tabelas em anexo e que constituem a matéria-prima essencial ao desenvolvimento deste artigo, são reveladores das relações de produção que se desenvolveram e ainda se desenvolvem no contexto de um país ‘frágil’ (SANGREMAN, 2006, p. 20), de capitalismo tardio, “onde os conflitos

militares e político-sociais são uma constante, dilacerando e destruindo a estrutura da sociedade guineense” (SANGREMAN, 2006, p. 20).

Trabalho e Relações Laborais na Guiné – Bissau (1950-1991)

A Guiné-Bissau, como já vimos introdutoriamente, é um país cujos aspectos económicos não o colocam entre aqueles sobre os quais a curiosidade científica frequentemente se debruça. Por essa razão, a literatura produzida acerca do mesmo é escassa. Não fosse a nossa participação no projecto do Instituto Internacional de História Social de Amesterdão (IISH), *Global Collaboratory on the History of Labor Relations: 1500 – 2000*, provavelmente jamais nos preocuparíamos em conhecer a Guiné, com o nível de detalhamento que apresentaremos a seguir. Convém, portanto, antes de entrar nas particularidades desse país, situar o projecto que propiciou esse estudo.

O *Global Collaboratory on the History of Labor Relations: 1500 – 2000* tem como objectivo a construção de um inventário de todos os tipos de trabalho e relações laborais a nível mundial, desde a escravatura até ao trabalho assalariado, entre 1500 e hoje. A primeira parte deste projecto consiste na recolha de dados estatísticos durante cortes temporais ao longo desses séculos. Para atingir esse objectivo, um grupo de investigadores de várias áreas das ciências sociais e humanas tem-se dedicado a estudar diversas regiões, através da recolha estatística dos dados relativos às ocupações profissionais e relações laborais, construindo uma base de dados global, que possibilite a comparação e a interacção de fenómenos, com o intuito de desenvolver uma proposta de investigação internacional que ajude a explicar o surgimento e o declínio de vários tipos de trabalho e relações laborais ao longo do período referido.

Este projecto é herdeiro dos estudos sobre o trabalho e relações laborais promovidos nesse Instituto, mais propriamente, da *história global do trabalho*, desenvolvida por Jan Lucassen e Marcel van der Linden (VAN DER

LINDEN; LUCASSEN, 1999). Nessa trilha, a partir deste ano está em curso, igualmente, um projecto de *Relações Laborais no Mundo Lusófono (1800-2000)*¹, coordenado por Raquel Varela, no Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, no qual se insere o presente estudo.

Apresentamos aqui os dados preliminares do nosso estudo, dividido em dois momentos de análise: o primeiro diz respeito ao ano de 1950, o primeiro censo credível para o território da actual Guiné-Bissau; e o segundo momento refere-se a 1991. A partir dos dados quantitativos desses dois censos e da literatura a que tivemos acesso, tentamos apreender as particularidades da Guiné-Bissau nessa segunda metade do século XX, tendo em vista atender ao *Global Collaboratory on the History of Labor Relations: 1500 – 2000*, mas não só, dadas as inúmeras possibilidades oferecidas pelos instrumentos formulados para dar conta do referido projecto.

A “crise” da história do trabalho

Na década de 90 assiste-se à tentativa de negação do valor do trabalho, como consequência de um conjunto de factores. O retrocesso das políticas de bem-estar social, alcançadas após a Segunda Guerra Mundial nos países da Europa Ocidental, a queda do regime soviético do Leste Europeu em 1989 e as alterações económicas dos países desenvolvidos, com a reorganização, deslocalização e transformação de ofícios tradicionais, foram alguns dos factores que se combinaram para a proclamação do fim do trabalho e consequente descrédito da história do trabalho (MATTOS, 2013, p. 1-2). Alguns historiadores de então, demonstraram-se pessimistas quanto ao papel da classe trabalhadora “como protagonista da transformação social, ou mesmo

¹ Referência do projecto *Relações Laborais no Mundo Lusófono*: PTDC/EPH-HIS/3701/2012.

que, diante das transformações em curso na economia capitalista, a classe havia acabado” (MATIOS, 2013, p. 2). Ao mesmo tempo, os estudos coesos sobre a história do trabalho pareciam ter sido perdidos com a fragmentação desta área em inúmeros estudos como a “história das mulheres, história urbana, antropologia cultural, folclore, economia social” (VAN DER LINDEN; LUCASSEN, 1999, p. 5), entre outras.

Porém, no final dos anos 90 e, principalmente, a partir do início do século XXI, a história do trabalho parece ter ser reavivada com uma ampliação do objecto de estudo, a que o desenvolvimento dos estudos sobre o trabalho e das relações laborais nas denominadas periferias e países do terceiro mundo não deve ser alheio (VAN DER LINDEN, 2008, p. 14-15). Várias barreiras parecem ter sido transpostas, incluindo aquela que separa o urbano do rural, o trabalho na fábrica e fora dela, os protestos mais formais dos menos formais e até as barreiras que separavam diversos tipos de trabalhadores. Paralelamente, e aqui Marcel van der Linden e Jan Lucassen oferecem-nos um contributo importante para pensar os novos estudos que têm surgido nesta área: esses historiadores do trabalho têm-se dedicado ao estudo transnacional e transcontinental do trabalho, aos fenómenos interrelacionais entre diferentes partes do globo, num período temporal bastante alargado. Igualmente importante, na formulação das concepções teóricas e metodológicas da *história global do trabalho* fundamentadas pelos mesmos autores, é a sua rejeição de uma história assente no nacionalismo metodológico e no eurocentrismo e a formulação de uma designação de classe trabalhadora abrangente. Partindo de Marx que, segundo van der Linden, “apesar das suas debilidades, a sua análise continua a ser a melhor que temos” (2008, p. 18), o autor holandês fará uma crítica construtiva ao conceito de classe trabalhadora definida no século XIX. O objectivo da *história global do trabalho* é o de tornar-se uma área de estudo inclusiva e não exclusiva de vários grupos de trabalhadores. Para o autor, o

assalariado livre, isto é, o trabalhador que, como indivíduo livre pode dispor da sua força de trabalho como a sua própria mercadoria e que não tem outra mercadoria para vender, não será a única forma na qual o capitalismo transforma a força de trabalho, nem deverá ser eleita como a verdadeira classe trabalhadora. O conceito amplo de classe trabalhadora desenvolvida na *história global do trabalho*, inclui, deste modo, não só o assalariado livre como o trabalhador não livre - o escravo, o trabalho doméstico ou formas intermédias como o trabalho forçado, passando ainda por muitas outras. A procura de fenómenos em comum com os diferentes tipos de trabalhadores mais do que aquilo que os separa, parece ser a ambição da *história global do trabalho*. Esse conceito torna-se particularmente útil para quem, como nós, dedicamo-nos a estudar um país periférico, onde o número de trabalhadores assalariados é ainda muito diminuto.

Assim, no âmbito da história global do trabalho, chegamos a uma designação de classe trabalhadora, que é a seguinte:

Every carrier of labor power whose labor power is sold (or hired out) to another person under economic (or non-economic) compulsion belongs to the class of subaltern workers, regardless of whether the carrier of labor power is him – or herself selling or hiring it out, regardless of whether the carrier him – or herself owns means of production (VAN DER LINDEN, 2008, p. 33).

No âmbito geográfico e temporal, como já foi dito, o nosso estudo recai sobre a Guiné-Bissau, entre 1950 e 1991. Tentaremos acompanhar a análise quantitativa dos censos populacionais (embora não de forma exaustiva) com uma análise da estrutura económica, social e política daquele território, apresentando uma síntese preliminar do trabalho e das relações laborais naquele território ao longo de um período de 40 anos. Realidade indissociável da estrutura económica portuguesa até 1974, altura da proclamação da independência, como veremos de seguida e, depois dessa data, fortemente dependente do exterior e das instituições mundiais.

Guiné portuguesa

Antes de 1900 não se conhecem quaisquer dados estatísticos para o actual território da Guiné-Bissau, anteriormente designada por Guiné portuguesa. É a única ex-colónia portuguesa à qual não são apresentados dados no *Anuário Estatístico dos Domínios Ultramarinos Portugueses 1899 e 1900*. Em 1928, no primeiro censo conhecido da população da Guiné portuguesa, o número de indivíduos é situado em 327 mil. Porém, apenas um ano depois, em 1929, o número sobe para cerca de 384 mil, demonstrando a imprecisão da metodologia utilizada.² Em 1940 a população é estimada em 347 mil indivíduos mas, ficou restringido, tal como os anteriores, à população por áreas administrativas, género, raça e grupos étnicos. Só conseguimos ter acesso a informações sobre o trabalho e as relações laborais com o censo de 1950 e é por essa razão que foi este o ano escolhido para a primeira baliza temporal do nosso primeiro momento de análise da Guiné-Bissau. Todavia, se o censo de 1950 constitui o primeiro grande momento censitário de resultados credíveis para o território da Guiné portuguesa, a precisão do censo de 1950 ainda é questionável, uma vez que o próprio delegado-geral, António Carreira, o apelidará de “malfadado censo” (CARREIRA, 1966, p. 453), anos mais tarde. Entre outras informações, temos acesso à população total por regiões, género, raça, etnia, religião e de uma grande importância para o estudo em questão, os ramos e as ocupações profissionais em que a população da Guiné estava envolvida. Os censos estatísticos estavam, neste período, muito associados aos impostos e, portanto, alguma população pode ter sido deixada de fora por não incorporar o grupo dos contribuintes, como o próprio António Carreira assume quando se refere a outros momentos estatísticos (METAS, 1984, p. 81).

²As informações sobre os censos realizados na Guiné até 1950 encontram-se presentes em: (PROVÍNCIA DA GUINÉ, JUNTA DE INVESTIGAÇÕES DO ULTRAMAR. *Censo da População de 1950, População Civilizada*, vol. I. Lisboa: Centro de Estudos Políticos e Sociais, 1959).

A história da Guiné foi sempre confundida com a de Cabo Verde, província à qual esteve ligada até 1879 e, por isso, vemos muitos cabo-verdianos escolarizados dessa ex-colónia portuguesa, os “mestiços”, descendentes dos antigos colonos desse território, a constituir os principais quadros administrativos e a dirigir o comércio interno e externo guineense, à falta de colonos da metrópole (DAVILA, 1987, p. 9). A Guiné portuguesa significava pouco mais do que um terreno propício para o tráfico de escravos, até à sua abolição, no século XIX (DAVILA, 1987, p. 7). O facto do território ser pequeno, devido à agressiva colonização francesa e britânica na região, a falta de recursos minerais e de ter um clima agressivo para a populações europeia, a ex-colónia não constituiu uma prioridade para a administração portuguesa, depois da abolição do tráfico de escravos e até ao início da década de 30 do século XX. De facto, a ocupação territorial dos colonos, no início do século XX, estava ainda circunscrita a pequenos presídios militares no litoral guineense e a relação com as populações autóctones era precária, limitada e pouco pacífica o que dificultava, como podemos crer, a recolha de dados censitários. O seu território não era visto como uma colónia de fixação e por isso poucos eram os colonos que a vinham ocupar. De “solo pantanoso e doentio” (BETHENCOURT; CHAUDHURI, 1999, p. 129), os seus rios inundavam grande parte do território na altura das cheias.

Com o crescente interesse da Europa por produtos africanos, todavia, a metrópole portuguesa vai intensificar a ocupação dos territórios das suas colónias (DAVILA, 1987, p. 8). A partir de 1879 a administração do território da actual Guiné-Bissau será transferida de Cabo Verde para a administração central do governo português. O período que vai de 1890 e 1930 constitui-se como um período de afirmação, com vários avanços e recuos, do domínio efectivo pelos portugueses, com sucessivas campanhas militares que vieram a hostilizar as diversas etnias que constituíam a população da Guiné portuguesa,

muitas delas em expansão, colidindo, desta forma, com os interesses coloniais (MARQUES, 2001, p. 247). Num território de pequenas dimensões – 36.125 km² – tinha uma elevada densidade populacional para o habitual na zona intertropical africana – 14.08 habitantes por km², principalmente constituída pela população autóctone (BETHENCOURT; CHAUDHURI, 1999, p. 247), o que intensificava a ideia de direito à posse da terra. Para além dessas dificuldades que contribuía para a não efectivação dos censos planeados pela administração portuguesa, as populações autóctones vinham a confundir essas operações censitárias com a cobrança de impostos, uma das razões principais de conflitualidade no território guineense. Sabe-se, no entanto, que embora a operação censitária em si mesma não implicasse cobrança de impostos, certamente conhecer a população carregava também o propósito de aumentar a arrecadação fiscal. Aquele imposto, aplicado a partir de 1903 e denominado nos territórios coloniais portugueses de imposto da palhota, tinha o objectivo cobrir as despesas administrativas da colónia e de promover o cultivo obrigatório de campos de amendoim na Guiné, um produto que se tornava altamente valorizado no período em questão (DAVILA, 1987, p. 8). Isto é, o imposto da palhota foi um dos mecanismos utilizados pela administração colonial portuguesa para desenvolver um modo de produção tipicamente capitalista, impondo uma economia monetária, tornando as colónias portuguesas “em mercados privilegiados para a produção metropolitana” (CAPELA, 1977, p. 7) e, por outro lado, tornando as colónias portuguesas um mercado de extracção de matérias-primas para o capital industrial da metrópole.

A partir da década de 30 do século XX, com a ascensão ao poder de Oliveira Salazar e a constituição de um regime ditatorial, as colónias portuguesas passaram a fazer parte do projecto do Estado-Novo, vindo a constituir-se um pilar fundamental para a construção e manutenção do regime. É também a partir dessa década que se acentua, em Portugal, a arrancada da

indústria e a sua manutenção, num mercado grandemente proteccionista e condicionado industrialmente, o que será também possível pela manutenção dos territórios coloniais, onde se estabeleceram relações de produção profícuas para o capital industrial e financeiro português. Em 1930, é promulgado o Acto Colonial e os seus princípios serão desenvolvidos na Carta Orgânica do Império Colonial Português, assim como, é levado a cabo uma reforma administrativa ultramarina. Em 1951, o Acto Colonial é integrado na nova Constituição Portuguesa e as colónias tornam-se, simbolicamente, parte integrante do Estado Português, passando a ser designadas por províncias ultramarinas portuguesas. Em 1953, com a nova lei orgânica do ultramar português e em 1954, com um decreto-lei que institui o estatuto do indigenato, o trabalho obrigatório é permitido, embora já o fosse praticado, para os trabalhos considerados de interesse geral, como a construção de estradas e de portos (METAS, 1984, p. 68). Através da implementação de uma burocracia modernizante e de uma economia centralizada, a Guiné portuguesa, tal como as restantes colónias, terão um papel cada vez mais proeminente no então Estado Novo de Oliveira Salazar (GALLI; JONES, 1987, p. 33).

Quanto aos dados estatísticos de 1950, estes encontram-se divididos em dois volumes: um para a “população-civilizada” e outro para a população “não-civilizada”. Essa distinção provém do regime jurídico especial para os indígenas, o qual mencionamos anteriormente. Dessa forma, o regime colonial fazia a distinção entre os colonos e as populações nativas, perpetuando as relações paternalistas entre essas duas populações: ao povo português tinha sido incumbida a missão de civilizar as populações das colónias que estavam sob o seu direito histórico. Os direitos políticos para a designada população “não-civilizada” eram nulos, para além da capacidade de se tornarem assimilados – um meio termo entre o regime do indigenato e o de cidadania portuguesa (GALVÃO; SELVAGEM, 1951, p. 80). A possibilidade de atingir o

estatuto de assimilado passava por ter mais de 18 anos, adquirir um certo grau de estudos, o domínio correcto da língua portuguesa, assegurar a sua própria subsistência e das pessoas a seu cargo, ter um bom comportamento e atitudes propostas pela aplicação integral do direito público e privado dos cidadãos portugueses e ter realizado o serviço militar (METAS, 1984, p. 80). Como diria Amílcar Cabral, a figura principal das lutas pela independência cabo-verdiana e guineense e líder do PAIGC:

Se o Estatuto dos Indígenas, assinala Amílcar Cabral, fosse aplicado em todas as partes integrantes de Portugal com o mesmo rigor que na Guiné portuguesa, pelo menos 50% da população da metrópole seria considerada como indígena (METAS, 1984, p. 70).

A obtenção do estatuto de assimilado, como acentua Amílcar Cabral, era bastante dificultado, na medida em que as escolas públicas estavam apenas ao alcance da população colona. Nos raros casos, em que existia um sistema formal de educação, esta era levada a cabo pela Igreja Católica, mas em moldes muito rudimentares que não dotavam as populações de meios para alcançar o estatuto de assimilado. Assim, o nível de analfabetismo na Guiné portuguesa era de 99% (METAS, 1984, p. 70). Tratava-se de uma sociedade extremamente hierarquizada, como fica demonstrado nas próprias denominações dadas aos grupos considerados “superiores” da população: a própria população com cidadania portuguesa era dividida por brancos, negros assimilados e “mestiços”. Será apenas em 1961 que o regime do indigenato será instinto. Uma data que coincide com o início das guerras pela independência das colónias, à qual não é alheia, fruto de pressões internacionais (CAPELA, 1977, p. 265). Porém, o novo código do trabalho rural, no qual se extinguiu o estatuto do indigenato, não trouxe efectivamente uma alteração nas relações de produção, em que o trabalhador negro continuava a deter a posição de “servente”, sem quaisquer regalias respeitando à protecção e igualdade no emprego, derivado igualmente do

facto dos trabalhadores não terem acesso a qualquer tipo de organização para a sua defesa num quadro corporativo estatal que então vinha sendo desenhado (CAPELA, 1977, p. 266-267).

Apesar da pacificação e estabilização do território da Guiné portuguesa nos anos 30 do século XX, o número de colonos continua, em 1950, a ser muito diminuto, comparado com a população nativa: considerando o número populacional de 517.290, existiam 8.320 de indivíduos com cidadania portuguesa ou assimilados, considerada “civilizada” e 508.970 negros, sem a cidadania portuguesa e considerada “não-civilizada”. A população portuguesa ou assimilada era constituída por 2.263 brancos (na sua maioria trata-se de uma estadia temporária, como funcionários e empregados comerciais (METAS, 1984, p.70), 4.568 “mestiços” e 1.489 negros que representam apenas 1,65 % no conjunto populacional.³

A população “não-civilizada” da Guiné portuguesa é constituída por populações de etnias e linguísticas muito variadas, o que é uma das razões explicativas das dificuldades de implantação de uma população colonial no território. O poder estava dividido por diversos chefes gentílicos e a acção administrativa tornava-se complicada, sendo que o território se encontrava fragmentado em cerca de 30 etnias diferentes, que disputavam o poder entre si e também com a administração portuguesa. As quatro principais etnias do território guineense correspondem a mais de 77% do total da população: Balantas, os vários Fula, os Manjancos e os Mandigas. Segundo António Carreira, o delegado-geral do censo de 1950, era costume os funcionários que

³ Todos os dados estatísticos referenciados neste artigo, relativo aos censos de 1950, e que não estejam relacionados com outras obras que, convenientemente, serão referenciadas em nota, fazem parte da nossa análise (quantitativa, agregada ou estimada) dos seguintes momentos censitários desse mesmo ano: (PROVÍNCIA DA GUINÉ, JUNTA DE INVESTIGAÇÕES DO ULTRAMAR, *Censo da População de 1950, População Civilizada*, vol. I. Lisboa: Centro de Estudos Políticos e Sociais, 1959; PROVÍNCIA DA GUINÉ, JUNTA DE INVESTIGAÇÕES DO ULTRAMAR, *Censo da População de 1950, População Não Civilizada*, vol. II, Lisboa, Tipografia Portuguesa, Lda., s.d.).

dirigiam as operações do terreno do momento censitário terem de pagar aos chefes gentílicos para poderem recolher informações (1952, p. 162).

O trabalho e as relações laborais na Guiné portuguesa em 1950

O censo populacional de 1950 levado a cabo pelas autoridades administrativas da ex-colónia é dividido em dois volumes, como anteriormente demonstramos.⁴

Quanto à população nativa, designada por “não-civilizada”, um termo que não escapa às características económicas que a população colona atribuía aos guineenses, é de cerca de 500 mil indivíduos. O censo indica-nos que os habitantes entre 0 e 9 anos de idade são considerados inactivos para trabalharem (193.306 indivíduos, cerca de 38% do conjunto da população), embora essa idade censitária nos pareça fictícia, na medida em que, desde muito cedo, as crianças eram introduzidas na estrutura económica das tabancas, as vilas. Nessas tabancas, a estrutura económica era organizada pela família fundadora e/ou os seus habitantes mais velhos. Porém, a propriedade da terra era comum, tendo os elementos mais velhos o poder e a obrigação da distribuição das terras pelos seus membros, numa base comunitária (DAVILA, 1987, p. 248).

O número da população activa no seio da população indígena é de 309 mil indivíduos, contando apenas com as crianças a partir dos 9 anos de idade, número que terá de ser revisto a partir das informações que nos chegam da estrutura económica da sociedade guineense. A maioria dessa população activa, 97% (ou 298.319 indivíduos), está envolvida no sector da agricultura, pescas e caça. O censo, todavia, distingue entre população masculina, 45%, envolvida neste sector e população feminina, 52%, considerada como produtiva mas não

⁴ Quanto às relações laborais da população da Guiné portuguesa ver anexo 1 e anexo 2, divididos, seguindo a divisão do censo, entre população “civilizada” e população “não-civilizada” para melhor distinguir as diferenças entre os dois grupos populacionais.

detendo o carácter de ocupação profissional mas sim de domésticas e rurais. Porém, as mulheres participavam activamente na agricultura, detendo por vezes as principais ocupações, sendo que o imposto da palhota,

que deve reforçar a produção agrícola, será sobretudo pago pelo trabalho das mulheres, uma vez que os guerreiros, os pastores e outros homens africanos consideram a agricultura como uma actividade inferior que, por isso mesmo, deve ser imposta, mais do que confiada, às mulheres (BETHENCOURT; CHAUDHURI, 1999, p. 248).

Os restantes 3% da população estão espalhados por diversos sectores da economia. A indústria transformadora é deveras incipiente, com apenas 3383 indivíduos envolvidos nesse sector. O comércio, que designará principalmente aquela população envolvida no comércio interno, como intermediários para as grandes multinacionais, emprega cerca de 870 pessoas. Poucos eram aqueles que trabalhavam para a administração portuguesa na província da Guiné: nos serviços gerais, que designa a população que trabalha nas forças armadas, na polícia, serviços da administração central, estabelecimentos de ensino, hospitais, e serviços sanitários; detendo uma posição subalterna engloba apenas 1186 e os serviços domésticos, isto é, os criados, o número ascende a 8167 para uma população colona de 8320.⁵

Na agricultura, as populações estão envolvidas sobretudo na produção de arroz, amendoim e óleo de palma e as moranças e as tabancas, respectivamente os grupos domésticos e as vilas, correspondem também aos grupos económicos onde se desenrola a exploração da terra, habitualmente comunitária, embora a sua propriedade formal e distribuição caibam às pessoas mais velhas ou às famílias fundadoras da comunidade, que a organizam e distribuem por todos os outros membros.

⁵ As informações detalhadas sobre as ocupações profissionais não são consideradas nas tabelas sobre as relações laborais, mas são informações patentes nos censos populacionais de 1950 e, curiosamente, num nível muito mais detalhado do que no censo de 1991.

A propriedade e exploração da terra cabiam assim aos guineenses. Desse modo, a colónia guineense apresenta uma realidade diferente da vivida, por exemplo, em Angola e Moçambique, quando falamos em trabalho obrigatório. O trabalho obrigatório negro é praticamente inexistente. Sendo um país essencialmente agrícola, “sem plantações ou indústrias devoradoras de mão-de-obra” (PÉLISSIER, 1989 p. 249), a terra pertencia principalmente aos autóctones, que produziam e colocavam os excedentes no mercado interno sem, como nos parece, existir uma lógica de acumulação de capital, o que não exclui a exploração do Homem pelo Homem. Prova disso é que, algumas centenas de indivíduos eram destacados anualmente para o trabalho forçado, sem salário, embora “sob formas mais atenuadas e com menos intensidade que em Angola e Moçambique” (CASTRO, 1978, p. 365). Passados dois anos neste trabalho forçado, “é possível obter um salário muito pequeno, inexistente até então” (CASTRO, 1978, p. 365). Esses trabalhos forçados estavam, na sua maioria, relacionados com trabalhos públicos e não propriamente com o trabalho industrial ou agrícola. Eram assim recrutados indivíduos para o trabalho forçado para os trabalhos públicos de “interesse geral da colectividade” e como consequência de decisões penais e obrigações fiscais (METAS, 1984, p. 68). Havia ainda o recrutamento obrigatório que, apesar do pagamento de um salário, os trabalhadores eram retirados das suas terras e obrigados a ir trabalhar para a população colona, habitualmente na incipiente indústria do território (CASTRO, 1978, p. 353-354).

Nesse quadro que acabamos de expor, a população denominada de “civilizada” dedicava-se, sobretudo, ao comércio externo e ao comércio interno, pagando aos autóctones em moedas de prata (estes rejeitavam, habitualmente, o papel) ou em tecidos, um produto verdadeiramente apreciado entre a população guineense (BETHENCOURT; CHAUDHURI, 1999, p.248). Para além de alguns produtos exportáveis rentáveis, como o arroz ou o

amendoim, o maior lucro vinha do imposto cobrado aos indígenas. Cobrado e pago esse imposto, as populações eram habitualmente deixadas em paz, tendo principalmente de lidar com as estruturas étnicas presentes na região: como constata René Pélissier, “os chefes indígenas que, se pagam e se abstêm de comportamentos abertamente tirânicos, são deixados em paz e conservam poderes e um prestígio reduzido, mas ainda apreciáveis” (PÉLISSIER, 1989, p. 249).

Se até 1926, o comércio nas ex-colónias portuguesas estava aberto à concorrência estrangeira, a partir dessa data dar-se-á uma alteração da composição dos capitais presentes na Guiné. A partir de então, o comércio passará a ser monopolizado pela Companhia União Fabril (CUF), através de um seu dependente, a Casa Gouveia, e também pela Sociedade Comercial Ultramarina, dependente da Sociedade Nacional de Sabões e do Banco Nacional Ultramarino, até à independência da ex-colónia, reconhecida em 1974 por parte de Portugal (DAVILA, 1987, p. 8-9). Esse monopólio comercial traduzia-se, por um lado, na compra de excedentes aos produtores, a preços inferiores aos praticados no mercado internacional e, por outro, na colocação no mercado guineense de produtos portugueses, a preços superiores aos praticados no mercado, sobretudo artigos de algodão e o vinho (CASTRO, 1978, p. 32). Portugal apresentava-se assim como o principal fornecedor de bens à colónia e a maioria dos produtos exportados desta colónia seguiam para a metrópole. O sistema de transportes marítimos era ainda controlado pela mesma CUF, proprietária da Sociedade Geral de Comércio, Indústria e Transportes, Ltda., que controlava todo o comércio marítimo entre Portugal e a Guiné (CASTRO, 1978, p. 362-363). Apenas os bens como o “aço, máquinas várias e utensílios, viaturas automóveis” eram fornecidas por outros países mas apenas devido à impossibilidade de Portugal o fazer, devido ao seu atraso económico (CASTRO, 1978, p. 359). Os bens exportados da Guiné para a

metrópole iam habitualmente no seu estado de matéria-prima, traduzindo-se numa exportação de capitais que beneficiaria o capital industrial português: as matérias-primas compradas a um preço altamente compensador para os comerciantes naquele território eram assim transformadas na metrópole, beneficiando as unidades industriais, à falta de indústrias transformadoras na ex-colónia. No entanto, esses produtos continuavam a ser vendidos aos consumidores da metrópole a preços superiores aos praticados nos mercados mundiais, devido à concorrência praticamente inexistente, derivado do condicionamento industrial em Portugal (CASTRO, 1978, p. 356).

A indústria naquela colónia, como tem sido enfatizado, era particularmente rudimentar: algumas fábricas para o descasque do arroz, outras para a extracção do óleo de peixe e óleo de amendoim, algumas geleiras e pequenas oficinas para a reparação de automóvel, serralharias e corte de madeira, assim como destilarias de bebidas alcoólicas (CASTRO, 1978, p. 349). Não há empresas detidas pela população colona na exploração da terra ou das riquezas naturais: a grande parcela económica da colónia baseia-se na agricultura nativa, na aquisição dos seus excedentes e na organização do comércio interno e externo. O nível de industrialização era praticamente nulo, tal como o seu valor económico, quando comparado às outras colónias portuguesas, Angola e Moçambique.

Uma vez que não havia exploração directa pelos colonos da terra, era através do imposto da palhota, cobrado nas colónias portuguesas, que os mesmos forçavam a plantação de determinados produtos e a economia de exportação. Através da distribuição de sementes, uma das produções forçadas foi a de campos de amendoim, entregues pelos camponeses como uma forma de tributo forçado, aos mercadores apontados pela administração central da colónia (GALLI; JONES, 1987, p. 33). Por um lado, A CUF, uma das maiores multinacionais portuguesa, especializada, entre outros sectores económicos, na

produção de sabão, tinha interesse na exploração do mercado dos óleos vegetais, das quais o amendoim fazia parte e, por outro, como detentora de manufacturas de têxteis tinha interesse na escoação dos seus produtos na colónia (GALLI; JONES, 1987, p. 38). A monopolização do mercado interno também se deu à conta da proibição da concorrência de mercadores africanos na Guiné que não colaborassem com o governo colonial na recolha das matérias-primas produzidas pelos camponeses. Todavia, os produtores desenvolviam algumas estratégias para fugir à obrigatoriedade de plantação de determinados produtos que não estavam incluídos na dieta alimentar, o caso do amendoim, ou como forma de protesto velado pelos preços praticados na compra desses produtos e dos excedentes de outros bens alimentares. Para tal desenvolveu o comércio com outros países próximos, onde o Senegal aparece como o caso mais expressivo, com o qual faz fronteira a norte e onde os bens eram comprados a um preço bem mais compensador do que aquele praticado pelos mercadores a serviço do governo colonial. Dava-se ainda a fuga de famílias inteiras para outros países próximos e noutros casos ainda, diminuía-se simplesmente a produção. Essas estratégias desenvolvidas pela população autóctone para fugir às contribuições obrigatórias do aparelho administrativo central da colónia e aos interesses económicos das grandes multinacionais naquele território, contribuíram para exacerbar a ideia da falta de produtividade dos povos africanos e a sua incapacidade económica, dados os métodos agrícolas, que eram considerados artesanais e pouco evoluídos. Essa ideia traduz-se de modo claro no próprio estatuto de “civilizado” ou “não-civilizado”, que contém em si, não só, mas também, atributos que se referem ao desenvolvimento económico.

Por outro lado, paralelamente aos factores de fuga estratégicos, desenvolvidos pela população, num quadro de exploração intensiva da terra, como o foi depois de imposição colonial de plantação de um dos mais valiosos

produtos guineenses, o amendoim, a terra sofrerá um desgaste natural, pela desvalorização do tempo de pousio necessário à sua renovação. A isso, juntava-se ainda o factor parasitário da economia colonial e a inexistência do desenvolvimento de infra-estruturas necessárias para um aproveitamento da exploração agrícola. Desse modo, a ideia de improdutividade geral do povo guineense, que se acreditava estar voltada apenas para a produção de subsistência imperava. O projecto de desenvolvimento da administração colonial para esse território passava, assim, por aumentar a taxa de exploração da agricultura camponesa. Projecto esse que não terá sido plenamente sucedido, com os pequenos comerciantes, que fugiam à dependência da administração central, a proliferar e a beneficiar-se da relação de proximidade que detinham com os produtores, assim como do conhecimento acerca dos mercados que haviam adquirido ao longo de séculos (GALLI; JONES, 1987, p. 9-10). Dessa forma, é logo a partir de 1950 que as exportações da colónia para a metrópole começam a diminuir e a dependência externa começará a acentuar-se. Uma dependência que se tornará permanente.

Numa população de 8320 indivíduos da população considerada “civilizada”, isto é, que detinha um estatuto elevado na sociedade guineense, entre colonos da metrópole, nativos de Cabo Verde e negros que haviam adquirido o estatuto de assimilado, as crianças e jovens, segundo o momento censitário que estamos a seguir, entravam mais tarde na idade activa, aos 15 anos de idade, embora existam crianças a partir dos 10 anos de idade com uma ocupação profissional. Observemos que, ao contrário das relações laborais da população nativa, no grupo social da população “civilizada”, o número de pessoas envolvidas directamente na agricultura é muito diminuto. Estes distribuem-se sobretudo pela área do comércio, cerca de 31%, enquanto que os primeiros, vemo-los directamente envolvidos na exploração da terra, 97%, contra os 8% da população “civilizada”. Embora o sector do comércio seja o

mais expressivo, a população “civilizada” distribuía-se ainda pelos sectores dos serviços domésticos, construção, forças armadas, educação, bancos e outras instituições financeiras. O trabalho feminino é incipiente, correspondendo a 6% da população economicamente activa efectivamente empregada.

No que concerne às relações de trabalho: entre a população “civilizada” predominam as relações de emprego: estas apresentam-se mediante denominações associadas à forma de assalariamento e ao estatuto de relação laboral (assalariados, empregados, patrões, funcionários). Entre a população “não-civilizada”, ao contrário, predominam formas de trabalho pré-capitalistas, como a exploração da terra na forma de “agricultores isolados” (homens) e trabalho doméstico rural (mulheres).

Embora o censo indique que a maioria da população activa masculina detinha uma posição de independência quanto à sua produção (e como consequência também as mulheres, que no censo aparecem dependentes economicamente da população masculina), na forma da denominação de “agricultores isolados”, que viveriam numa base económica de subsistência, a questão é que a independência económica, no caso dos agricultores africanos, era limitada, no sentido em que tinham culturas obrigatórias (sobretudo de campos de amendoim) e o pagamento de um tributo ao estado colonial, na forma de imposto da palhota. Importante ainda referir a questão do trabalho forçado, embora não possamos, nessa fase do presente estudo, avançar com números exactos de trabalhadores negros sujeitos a esse tipo de relação laboral ao longo do período analisado. Assiste-se, deste modo, ao longo deste período, a um intensificar da economia monetária e ao estabelecimento de relações de produção capitalistas – com a obrigação de trabalho nos campos de amendoim, em troca de moedas de prata ou panos e que, parte dessa remuneração, serviria para o pagamento do imposto da palhota e para as multas que muito agricultores africanos estavam sujeitos, caso não fossem cumpridas as suas

obrigações fiscais e comerciais (a obrigatoriedade de estabelecer comércio apenas e só com o estado colonial). Embora o número de assalariados propriamente dito seja muito diminuto (principalmente nesta colónia em que não se efectivou uma presença colonial forte e onde imperava uma indústria incipiente), podemos observar como as relações de produção capitalista, nomeadamente de pendor mercantilista, se estabeleciam e imperavam, em estreita simbiose com o mercado externo, seja português ou europeu. Dessa forma, convém termos em conta a importância dos estudos comparativos, interrelacionais, numa perspectiva transnacional e transcontinental para a compreensão dos fenómenos que se relacionam com o trabalho e com as relações laborais.

Podemos, deste modo, ter em conta que a exploração das matérias-primas coloniais se dava principalmente através de dois sistemas, intrinsecamente conectados: a extracção da mais-valia, mediante baixíssimos salários ou sem remuneração, com a obrigatoriedade de plantações específicas requeridas pelo mercado português e europeu (como o óleo de amendoim) e a monopolização desse mercado que, nesta colónia, era maioritariamente detido pela empresa CUF, através da Casa Gouveia e pelo Banco Nacional Ultramarino e Sociedade Nacional de Sabões, através da Sociedade Comercial Ultramarina. A par da grande companhia monopolista, o governo colonial apropriou-se das redes comerciais internas tanto quanto podia, controlando-a e colocando-a a serviço dos interesses monopolistas, nos quais a troca de produtos manufacturados, do vinho ou das moedas em prata pelos bens produzidos pelos agricultores era pouco compensador para estes últimos. Essa monopolização era assim efectivada com a extracção das matérias-primas das colónias, depois transformadas nas indústrias da metrópole, no âmbito do condicionamento industrial, simbolizado na grande concentração de capitais e numa consequente alta taxa de lucro. Só assim terá sido possível a manutenção

por tão longo período deste tipo de condicionamento, com a entrega de grandes explorações económicas, na metrópole e nas colónias, a importantes companhias monopolistas que se beneficiaram da eliminação da concorrência e da entrada de matérias-primas a custos baixos, assim como, o escoamento dos seus bens produzidos na metrópole (como os tecidos de algodão e o vinho de mesa) de fraca qualidade (como consequência desse condicionamento e pela rara estimulação da modernização industrial) para a colónia guineense, a par das outras.

Trabalho e Relações Laborais na Guiné-Bissau em 1991

Em 1974, depois de uma década em guerra, a Guiné portuguesa tornar-se-á Guiné-Bissau, com o PAIGC à frente dos comandos do novo país. Um ano antes, Amílcar Cabral, o líder do partido pró-independência da Guiné e de Cabo Verde havia sido assassinado, sendo substituído pelo seu irmão, Luís Cabral à frente do destino do partido pró-independente. Cerca de um quarto da sua população terá emigrado para os países vizinhos, como o Senegal e a Guiné-Conacri, durante a guerra pela independência (DAVILA, 1987, p. 13). Com a excepção dos grandes centros urbanos da Guiné, os portugueses não constituíram um classe dominante, nem na propriedade da terra nem na propriedade de grandes indústrias, e o quadro económico pouco se havia alterado ao longo das quatro décadas (DAVILA, 1987, p. 67). Aqueles que pertenciam à burguesia colonial foram recrutados para o aparato estatal que evoluiu após a independência da Guiné-Bissau.

Em 1974 e, inclusive, em 1991, o ano da operação censitária sobre a qual nos debruçaremos, a ocupação agrícola continua a ser maioritária num quadro de fraco desenvolvimento no sector secundário e terciário. Em 1991, temos uma população total de 979 mil pessoas, praticamente o dobro das que habitavam o território em 1950. A grande parte da população, cerca de 82,5%

está envolvida na agricultura, expresso nos números dos trabalhadores por conta própria e familiares não remunerados.⁶ A exploração agrícola continua a ser, e claramente explícito neste número, a grande actividade económica do país. Por outro lado, a exploração da terra continua a basear-se num sistema familiar, “não existindo sistema de remuneração no verdadeiro sentido da palavra” (VAZ, 1996, p. 24). A excepção pareciam ser as plantações estatais de larga escala, mas que empregavam, nos anos 80, apenas 500 trabalhadores assalariados e a maioria encontrava-se em estado de abandono (GALLI; JONES, 1987, p. 138).

Se não existem grandes diferenças no sector mais importante da economia, o sector agrícola, denotam-se, porém, algumas diferenças entre 1950 e 1991 numa análise quantitativa dos censos. Há, em primeiro lugar, uma maior percentagem de pessoas que não trabalham, isto é, não são economicamente activas, em 1991. A razão para tal assenta no facto de haver uma maior percentagem no número de estudantes.

Existem ainda menos familiares não remunerados do que em 1950: a consideração dos censos acerca das mulheres como parte activa na economia rural e urbana é aqui essencial. No entanto, há ainda uma percentagem apreciável de mulheres, no censo de 1991, consideradas como economicamente inactivas, devido às suas funções maioritariamente domésticas no meio urbano. Nas cidades as mulheres têm menor capacidade de encontrar emprego que os homens pelas suas fracas habilitações literárias mas participam ainda assim no ensino, na saúde, na administração pública e noutras actividades económicas,

⁶ Todos os dados estatísticos referenciados neste artigo, relativo ao censo de 1991, e que não estejam relacionados com outras obras que, convenientemente, serão referenciadas em nota, fazem parte da nossa análise (quantitativa, agregada ou estimada) dos seguintes momentos censitários desse mesmo ano: (REPÚBLICA DA GUINÉ BISSAU, INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA E CENSOS. *Recenseamento Geral da População e Habitação, 1991, Resultados Definitivos, vol. 1, Nível Nacional*, Lisboa, 1996; VAZ, João. *Análise Características Económicas*, República da Guiné Bissau, Lisboa: Instituto Nacional de Estatística e Censos, 1996. Sobre as Relações Laborais na Guiné-Bissau em 1991, segundo a taxonomia laboral do IISH, ver Anexo 3.

embora em números menos substanciais que a população masculina. Como complemento da fraca participação feminina no meio urbano está o facto de os seus parceiros as impedirem de ter uma actividade no espaço exterior à habitação, sobretudo no “caso dos homens da etnia muçulmana” (VAZ, 1996, p. 10). Numa economia maioritariamente rural e periférica, a idade da reforma não parece estar estabelecida, à semelhança do que acontecia também no censo de 1950, embora a partir dos 55 anos, “as mulheres ocupam-se fundamentalmente na lida doméstica pelo que são consideradas inactivas” (VAZ, 1996, p. 12). Segundo essa distinção, os homens manter-se-iam economicamente activos durante mais tempo que as mulheres.

Temos ainda um patronato com a representação muito baixa na estrutura económica do país, devido ao incipiente sector privado, cerca de 3%, e este é maioritariamente representado pela população masculina, concentrado sobretudo nas áreas urbanas. A restante percentagem representa os assalariados e estão distribuídos entre os trabalhadores para o Estado e os trabalhadores do sector privado, também com representação maioritária nas áreas urbanas. No entanto, o sector privado só começou a progredir a partir de 1987, com a liberalização económica decorrente do Programa de Ajustamento Estrutural, por parte do Fundo Monetário Internacional, o que não exclui as consequências decorrentes, no que tange ao aumento da dívida, como abordamos na introdução. Parece ainda começar a despontar, a partir da análise dos números deste censo populacional, o número daqueles que trabalham informalmente, embora não existam números claros que esclareçam a situação, sendo que estes indivíduos surgem no censo sob a denominação de “trabalhadores por conta-própria”, nas áreas urbanas. Embora numa percentagem pequena quando comparado com os países desenvolvidos, o número de assalariados subiu exponencialmente quando comparado com a

percentagem em 1950: esta diferença deve-se sobretudo ao aparato administrativo estatal.

Em relação à idade activa, esta situava-se a partir dos 8 anos de idade, uma diminuição face ao censo de 1950, o que não deve ser percebido como um retrocesso, mas sim uma maior fiabilidade do censo de 1991 em comparação com aquele de 1950. Também em 1991, as crianças desde muito cedo estão envolvidas nas actividades agrícolas das suas vilas, as tabancas. A exemplo, em 1997, as crianças nalus que habitam o sul do país, são descritas como “seres sociais activos que participam em pleno nas actividades locais desenvolvidas, nomeadamente no trabalho na agricultura” (MOREIRA, 1997, p. 77). As crianças, a partir dos 6 anos, colaboram com os membros mais velhos da comunidade nos campos de frutos, na pesca, na colheita dos alimentos, entre outras tarefas. Algumas das crianças mais velhas dedicam-se, inclusive, a árvores de frutos “oferecidas pelos seus pais, das quais cuidam e cujos frutos vendem utilizando o dinheiro para a compra do vestuário dos dias de festa, ou para o pagamento das entradas nos bailes” (MOREIRA, 1997, p. 79).

Após a independência, os camponeses deixaram de estar sujeitos a trabalho ou plantações forçadas. Porém, o PAIGC parece ter continuado algumas das políticas do Estado Novo, nomeadamente a manutenção do monopólio do comércio interno e externo, assim como uma política de preços baixos imputada aos produtores (GALLI; JONES, 1987, p. 109). Dessa forma, os camponeses continuaram a utilizar as velhas estratégias para fazer face a uma situação que lhes era pouco benéfica: a saída dos produtos da Guiné-Bissau através do mercado ilegal, a emigração ou a diminuição da produção. Paralelamente, o PAIGC parece também não ter dotado o país de infra-estruturas necessárias à modernização do sector, utilizando os recursos disponíveis no desenvolvimento urbano e em projectos de “valor dúbio” para a população rural (GALLI; JONES, 1987, p. 109). A população rural, afastada do

desenvolvimento cidadão, principalmente em Bissau, a capital, foi igualmente afastada dos quadros estatais, tendo dificuldade de encontrar um enquadramento representativo das suas ambições (GALLI; JONES, 1987, p. 188). As poucas indústrias que iam surgindo estavam pouco vocacionadas para o trabalho agrícola e o sistema educativo mostrava-se pouco relevante para as comunidades rurais. Há inclusive escolas oficiais que não funcionavam em algumas regiões do país, por falta de professores colocados. Em 1997, apenas 40% das crianças frequentava o ensino elementar e só 4% prosseguiram os estudos para além dessa etapa. O ensino é oficialmente realizado em língua portuguesa, idioma que até alguns professores têm dificuldade em dominar, por não ser falado no quotidiano (MOREIRA, 1997, p. 88-91). Paralelamente, a maioria das crianças muçulmanas frequentam ainda a escola corânica, mas são principalmente as crianças do sexo masculino que “aprenderão a ler e a escrever árabe e passarão a utilizar os caracteres de uma língua que lhes é estranha para escreverem” (MOREIRA, 1997, p. 89). As grandes ajudas monetárias, consequência da dependência externa do recente país, eram dirigidas para a importação e esses bens seguiam habitualmente para as cidades e não para atender as demandas que a maioria da população, que habitava o meio rural, continuava a necessitar (GALLI; JONES, 1987, p. 117). No entanto, as grandes razões explicativas, por parte do PAIGC, da falta de produtividade, continuavam a recair nos camponeses, com o aval do Banco Mundial (GALLI; JONES, 1987, p. 118). Por sua vez, na perspectiva dos camponeses “o estado não tinha providenciado as mínimas condições de reprodução, seja em termos de infra-estruturas, transportes, comércio ou indústria” (GALLI; JONES, 1987, p. 120).

As cooperativas continuavam a rarear apesar de alguns projectos governamentais focados nessa área que, todavia, parecem ter sido pouco benéficos para a população guineense envolvida, como aquele de produção de

arroz no Vale do Geba. Este situava-se numa região que tinha ficado sob a influência portuguesa durante a guerra e uma das razões explicativas para o surgimento do projecto foi a de que o PAIGC a escolheu por razões políticas, numa tentativa de demonstrar àquela população que o partido estava interessado no seu bem-estar, ao mesmo tempo que criava as condições essenciais para o estabelecimento de relações clientelares. Este projecto, baseado em unidades familiares que partilhavam a mesma comunidade, tinha como intuito o aumento da produção de arroz e fomentar tanto o trabalho cooperativo como dotar os elementos familiares mais novos da família de maior independência financeira, embora não tenha sido isso que veio a acontecer. O projecto acabou por se traduzir na manutenção da dependência dos jovens, como consequência das terras continuarem a ser distribuídas pelos chefes de família e por aqueles que detinham maior poder nas sociedades tribais guineenses e, consequentemente, aumentando a conflitualidade entre etnias. Por outro lado, a produção de arroz na sociedade guineense era tradicionalmente uma ocupação feminina que, com o aumento da produção ambicionado pelo projecto (com a plantação de dois campos de arroz por ano, uma estratégia para incluir os homens no trabalho cooperativo), as deixou com uma maior carga horária de trabalho, diminuindo o seu tempo para outras tarefas domésticas que habitualmente estavam a seu cargo, assim como, o tempo de lazer, trazendo consequências funestas para a sua saúde. Conjuntamente, as mulheres continuavam subordinadas à direcção masculina do projecto, o que reproduzia a sua situação e prolongava a divisão sexual do trabalho na sociedade guineense (GALLI; JONES, 1987, p. 140-146). A produção agrícola nos anos 80 estava abaixo dos níveis do período colonial e também de 1976-77, no período pós-guerra (GALLI; JONES, 1987, p. 187).

Se em termos económicos e sociais a situação era precária e muito dependente do exterior, através das programas de ajuda internacionais, em

termos políticos a situação na Guiné-Bissau parecia reflectir, ou vice-versa, os problemas, em termos económicos e sociais do recém país. Após a independência, formalmente declarada em 1974, vai-se dar a desvinculação de Cabo Verde do PAIGC, em 1980, e um golpe de estado vai pôr fim à presidência de Luís Cabral à frente dos destinos do país. É sobretudo a partir de 1989, sob a presidência de Nino Vieira, que surgem os primeiros sindicatos independentes e o direito à greve.

A Guiné portuguesa vai manifestar, ao longo do período em estudo, dois importantes factores: por um lado, o monopólio comercial que, numa primeira fase, estava nas mãos de grandes multinacionais portuguesas, como a CUF ou a Sociedade Nacional de Sabões e, por outro, dar-se-á, ao longo deste período, o aproveitamento das matérias-primas da colónia sem que isso correspondesse a um desenvolvimento industrial do território ou em melhoria na qualidade de vida do maior sector da população economicamente activo – os agricultores. No período balizado entre 1950 e 1974 podemos perceber como é que o intensificar de uma política económica industrial em Portugal coincidiu com o período de mais intensa exploração colonial e, conseqüentemente, com a manutenção, sob um mesmo regime, de relações laborais diferentes na metrópole e nas colónias. Porém, o desenvolvimento na metrópole ficaria particularmente condicionado, devido aos fracos estímulos económicos que a entrada de matérias-primas provenientes das colónias, a custos especialmente baixos, provocava na indústria portuguesa. O fácil acesso a matérias-primas a baixo custo, o trabalho barato ou simplesmente forçado na Guiné portuguesa, o proteccionismo, o factor parasitário dos grandes capitais envolvidos no comércio interno e externo e na indústria e o condicionamento industrial demonstram que as colónias representaram, não só em termos simbólicos mas na prática, um dos pilares para a manutenção do regime do Estado Novo e que essa manutenção se procedeu à custa de

fortes impedimentos ao desenvolvimento económico, social e político na metrópole e nas colónias.

Deste modo, a extracção da mais-valia na colónia portuguesa focou-se em duas circunstâncias que se interligam: o monopólio comercial e a exploração do trabalhador africano. Os baixos custos de produção, consequência de uma remuneração do trabalho negro muito barata ou simplesmente gratuita – o trabalho forçado – fez que um conjunto de comerciais e industriais beneficiassem do sistema de produção colonial através de uma estreita relação entre industriais e regime salazarista, com a manutenção benéfica para os primeiros de um condicionamento industrial em Portugal e no ultramar, relacionado com a manutenção de um regime ditatorial em Portugal e nos territórios sob a sua alçada, que perdurou quase 50 anos.

Na Guiné-Bissau pós-independência, irá manter-se a estrutura de monopólio comercial, dependência externa, fraca produtividade como consequência de uma resistência colectiva dos agricultores em relação ao Estado e com sua fraca participação na vida económica, social e política do recém país. A herança das estruturas burocráticas, económicas e sociais do Estado Novo estão bem patentes na nova sociedade formada após a independência. A fraca uniformidade na distribuição dos recursos internos e externos (através das importações e ajudas externas) manter-se-á e apenas uma pequena elite (principalmente aquela concentrada em Bissau) beneficiará deles.

Se na Guiné portuguesa, as matérias-primas eram transferidas directamente para a metrópole para ali serem transformadas e se assistia a uma forte dependência da colónia de produtos importados de Portugal, no período pós-1974 a dependência económica manter-se-á, através de uma fraco impulso económico em relação à agricultura, a escolhas de valor

industrial dúbio e à manutenção da dependência estrangeira, num quadro de permanentes ajudas internacionais e programas económicos estruturais desenvolvidos pelo FMI e pelo Banco Mundial.

Considerações Finais

Marx e Engels, em *A ideologia alemã*, ao tratar das condições reais da libertação do homem, deixam claro que a ‘libertação’ é um ato histórico efetuado por relações históricas, que incluem o nível da indústria, da agricultura, do comércio etc. Ou seja, “não é possível conseguir uma libertação real a não ser no mundo real e com meios reais” (MARX; ENGELS, 1984, p. 25). Tratava-se ali de conectar a filosofia alemã à realidade alemã, tornando claro que aquilo que os indivíduos são depende das condições materiais da sua produção.

A estrutura social e o Estado decorrem constantemente do processo de vida de determinados indivíduos; mas destes indivíduos não como eles poderão parecer na sua própria representação ou na de outros, mas como eles são realmente, ou seja, como agem, como produzem materialmente, como trabalham, portanto, em determinados limites, premissas e condições materiais que não dependem da sua vontade (MARX; ENGELS, 1984, p. 21).

Pensamos ter encontrado aí a chave para pensar a Guiné-Bissau, a partir dos seus processos reais de vida, sob condições materiais que não dependiam das vontades livres dos guineenses. Nesse sentido, foi possível constatar que, para além da brutal exploração a que os guineenses foram submetidos, a história desse povo e a história da natureza por vezes se confundem, como bem indicam as clivagens étnicas e a cultura, aspectos amplamente discutidos por Amílcar Cabral (CABRAL, 1974).

Ao analisar a realidade cultural do seu povo, Cabral referia-se, por exemplo, ao fato de o africano sentar no chão e comer com a mão e, apesar do respeito que tinha aos costumes do seu povo, ele percebia que era preciso

avançar. “Não há, camaradas – dizia ele – não há povo no mundo que avançasse a sério, comendo com a mão”. E ainda, dirigindo-se aos seus camaradas: “Ninguém pense que ser africano é ter chifres pegados ao peito, é ter mezinha na cintura. Esses são os indivíduos que ainda não compreenderam bem qual a relação que existe entre o homem e a natureza” (CABRAL, 1974, p. 23). Essa ignorância foi oportunamente explorada, o que, por um lado, fica demonstrado pelo trabalho forçado, pelos baixos salários, por vezes, pela completa ausência de remuneração e, por outro, pela transformação da matéria-prima na metrópole, o que explica o baixo nível de industrialização da Guiné.

Certamente as condições económicas impostas aos guineenses contribuíram para a manutenção do atraso, como ficou demonstrado ao longo da nossa exposição. Nesse sentido, acreditamos que, embora os estudos estatísticos relativos à Guiné-Bissau sejam escassos e de valor dúbio, escondendo, por vezes, a verdadeira situação económica, as formas de exploração do trabalho e as relações laborais da sociedade guineense, ainda assim, a análise dos dados quantitativos, articulados às fontes históricas nos parecem relevantes, na medida em que abrem inúmeras possibilidades para outros estudos. Nem de longe esgotamos o tema. De facto, os dados e a proposta apresentada por nós para a construção de uma tabela quantitativa das relações laborais consubstanciam apenas uma fase preliminar do estudo pretendido: por exemplo, não conseguimos indicar claramente os números daqueles envolvidos no trabalho forçado ou no trabalho infantil, embora saibamos que essas modalidades de trabalho existiram e ainda existem. Por certo, precisamos de uma maior familiaridade com as fontes que guiarão a continuidade deste estudo, para podermos avançar com números aproximados que exprimam essa realidade ainda pouco visível, mas isso não invalida o esforço investido, cujo desencadeamento foi oportunizado pelo *Global Collaboratory on the History of Labor Relations: 1500 – 2000*.

Malgrados os limites expostos, poder estudar concomitantemente relações laborais antigas e modernas nos garantiu a possibilidade de analisar o passado pelas luzes do presente e, assim, poder identificar relações nas quais a exploração tanto se apresenta na forma de extração de mais-valia, como em expressões que traduzem antigas formas de exploração do Homem pelo Homem, que não devem ser identificadas com as relações capitalistas. Fica evidente que o fato de a economia burguesa servir de chave para a economia antiga (MARX, 2011) não faz desaparecer as diferenças históricas, pela qual o liberalismo tenta fazer crer que as formas burguesas estiveram presentes nas sociedades anteriores. Afinal, até hoje, coexistem formas atrasadas com o capitalismo desenvolvido, contudo, há que se levar em conta o que é predominante e como isso se refletiu e se reflete na história dos homens.

Referências

CABRAL, Amílcar. *Alguns Princípios do Partido*. Seara Nova, 1974.

CAPELA, José. *O imposto da palhota e a introdução do modo de produção capitalista nas colónias*, Porto: Afrontamento, 1977.

CARREIRA, António. Apreciação dos primeiros números discriminados do censo da população não civilizada de 1950 da Guiné Portuguesa. *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, v. VI, n. 21. Lisboa: Sociedade Industrial de Tipografia, 1951.

CARREIRA, António. Aspectos históricos do Islamismo na Guiné Portuguesa. *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*. Separata n. 84, ano XXI. Lisboa: Sociedade Industrial de Tipografia, 1966.

CARREIRA, António. Guiné Portuguesa – Censo da população não civilizada de 1950. *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*. v. VII, n. 28. Lisboa: Sociedade Industrial de Tipografia, 1952.

CASTRO, Armando. *O sistema colonial português em África (meados do século XX)*. Lisboa: Editorial Caminho, 1978.

DAVILA, Julio D. *Shelter, Poverty and African Revolutionary Socialism, Human Settlements in Guinea Bissau*. International Institute for Environment and Development. London: Human Settlements Programme, 1987.

GALLI, Rosemary E.; JONES, Jocelyn. *Guinea-Bissau, Politics, Economics and Society*. Great Brittany: Pinter e Rienner, 1987.

GALVÃO, Henrique; SELVAGEM, Carlos. *Império Ultramarino Português. Monografia do Império*. v. II. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1951.

BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (dir). *História da Expansão Portuguesa*, v. V: *Último Império e Recentramento (1930-1998)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1999.

MARQUES, A. H. O. (coord). *O Império Africano 1890-1930. Nova História da Expansão Portuguesa*. dir. Joel Serrão e A. H. Oliveira Marques, v. XI. Lisboa: Editorial Estampa, 2001.

MARX, Karl. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo Editorial; Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Editora Moraes, 1984.

MATTOS, Marcelo Badaró. A História do trabalho hoje: alguns apontamentos sobre um campo em processo de renovação. *Comunicação apresentada no I Congresso de História do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal*. Lisboa: FCSH-UNL, 2013.

MOREIRA, Amélia Frazão. Menino entre árvores e lianas – aprendizagem do mundo e das plantas pelas crianças nalus (Guiné-Bissau). *Educação, Sociedade e Culturas*, n. 7, 1997.

METAS, Jean. *La Guinée Portugaise au XX^e siècle*. Paris: Agence de coopération culturelle et technique, Académie des Sciences D'autre-mer, 1984.

PÉLISSIER, René. *História da Guiné, Portugueses e Africanos na Senegâmbia (1841–1936)*, v. II. Lisboa: Editorial Estampa, 1989.

PROVÍNCIA DA GUINÉ, JUNTA DE INVESTIGAÇÕES DO ULTRAMAR. *Censo da População de 1950, População Civilizada*, v. I. Lisboa: Centro de Estudos Políticos e Sociais, 1959.

PROVÍNCIA DA GUINÉ, JUNTA DE INVESTIGAÇÕES DO ULTRAMAR. *Censo da População de 1950, População Não Civilizada*, v II, Lisboa: Tipografia Portuguesa, Ltda, s.d.

REPÚBLICA DA GUINÉ BISSAU, INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA E CENSOS. *Recenseamento Geral da População e Habitação, 1991, Resultados Definitivos, v. 1, Nivel Nacional*, Lisboa, 1996.

SANGREMAN, Carlos *et all*. A evolução política recente da Guiné Bissau: as eleições presidenciais de 2005, os conflitos, o desenvolvimento, a sociedade

civil. *Caderno de Estudos sobre África e do Desenvolvimento do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa*, n. 70. Lisboa: Coleção Documentos de Trabalho, 2006.

VAN DER LINDEN, Marcel; LUCASSEN, Jan. *Prolegomena for a Global Labour History*. Amsterdam: International Institute of Social History, 1999.

VAN DER LINDEN, Marcel. *Workers of the World, Essay Toward a Global Labor History*. Leiden; Boston: Brill, 2008.

VAZ, João. *Análise Características Económicas*. República da Guiné Bissau, Lisboa: Instituto Nacional de Estatística e Censos, 1996.

Anexos

Anexo 1: Relações Laborais da população “civilizada” na Guiné portuguesa em 1950, segundo a taxonomia laboral desenvolvida no IISH.

Relações Laborais	Discrição das Relações Laborais	F	% F	M	% M	Total	% T
-1	Relação Laboral desconhecida	2380	29%	941	11%	3322	40%
1	Indivíduos inaptos para o trabalho ou que não são suposto trabalhar, incluindo crianças, idosos, e pessoas com deficiência física ou mental	881	11%	1004	12%	1887	23%
2	Indivíduos que vivem de rendimentos	42	1%	5	0%	47	1%
3	Desempregados	1	0%	132	2%	133	2%
12	Indivíduos empregados por conta própria	57	1%	153	2%	210	3%
13	Empregadores	6	0%	282	3%	288	3%
14	Trabalho para a economia de mercado – Empregados assalariados	374	4%	1276	15%	1650	20%
18	Empregados assalariados de instituições não direccionadas para a economia de mercado, como funcionários do Estado, das Forças Armadas, etc.	77	1%	712	9%	788	9%
População Total		3819	46%	4501	54%	8320	100%

Anexo 2: Relações Laborais da população “não-civilizada” na Guiné portuguesa, segundo a taxonomia desenvolvida no IISH.

Relações Laborais	Discrição das Relações Laborais	F	% F	M	% M	Total	% Total
-1	Relação Laboral desconhecida	3.207	1%	4.609	1%	7.816	2%
102	Indivíduos inaptos para o trabalho ou que não são suposto trabalhar, incluindo crianças, idosos, e pessoas com deficiência física ou mental / Indivíduos que vivem de rendimentos	92.758	18%	100.548	20%	193.306	38%
3	Desempregados	0	0%	56	0%	56	0%
4012	Agregado familiar – Chefes de produção / Indivíduos empregados por conta própria	8	0%	137.592	27%	137.600	27%
5012	Agregado familiar – Familiares dependentes envolvidos na produção / Indivíduos empregados por conta própria	159.853	31%	866	1%	160.719	32%
7	Agentes redistribuidores	0	0%	67	0%	67	0%
12	Indivíduos empregados por conta própria	376	0%	3.386	1%	3.762	1%
14	Trabalho para a economia de mercado – Empregados assalariados	663	0%	3.627	1%	4.290	1%
18	Empregados assalariados de instituições não direccionadas para a economia de mercado, como funcionários do Estado, das Forças Armadas, etc.	0	0%	1.024	0%	1.024	0%
14018	Trabalho para a economia de mercado – Empregados assalariados / Empregados assalariados de instituições não direccionadas para a economia de mercado, como funcionários do Estado, das Forças Armadas, etc.	0	0%	330	0%	330	0%
População Total		256.865	51%	252.105	49%	508.970	100%

Anexo 3: Relações Laborais na Guiné-Bissau em 1991, segundo a taxonomia laboral do IISH.

Relações Laborais	Definição das Relações Laborais	F	% F	M	% M	Total	% Total
-1	Relação Laboral desconhecida	5656	1%	11999	1%	17655	2%
5	Agregado familiar – Familiares dependentes envolvidos na produção	181677	19%	62023	6%	243700	25%
12	Indivíduos empregados por conta própria	10840	1%	19657	2%	30496	3%
13	Empregadores	1069	0%	2427	0%	3496	0%
14	Trabalho para a economia de mercado – Empregados assalariados	3899	0%	8406	1%	12305	1%
18	Empregados assalariados de instituições não direccionadas para a economia de mercado, como funcionários do Estado, das Forças Armadas, etc.	423	0%	2873	0%	3298	0%
102	Indivíduos inaptos para o trabalho ou que não são suposto trabalhar, incluindo crianças, idosos, e pessoas com deficiência física ou mental / Indivíduos que vivem de rendimentos	191026	20%	220542	23%	411568	42%
4012	Agregado familiar – Chefes de produção / Indivíduos empregados por conta própria	106914	11%	118390	12%	225304	23%
14018	Trabalho para a economia de mercado – Empregados assalariados / Empregados assalariados de instituições não direccionadas para a economia de mercado, como funcionários do Estado, das Forças Armadas, etc.	4918	1%	26443	3%	31381	3%
População Total		506422	52%	472760	48%	979203	100%